



CHAPA1 – MAIS UEFS

Amali de Angelis Mussi (candidata a reitora)

Evanílida Souza Santana Carvalho (candidata a vice-reitora)

1. **A Adufs, em consonância com o Andes-SN, entende que o ato pedagógico precisa ser essencialmente presencial e apenas contingencialmente remoto, assim gostaríamos de questionar a chapa sobre as seguintes questões:**
 - a. **Após a experiência da pandemia, que evidenciou que precisamos avançar na melhoria das condições estruturais em que realizamos nossas atividades cotidianas, quais as propostas sobre condições de trabalho para servidores e servidoras?**

O Mais UEFS tem como princípio a democracia, o qual defende o protagonismo de todos os segmentos que compõe a comunidade Universitária, Estudantes, Técnicos, Docentes e Terceirizados, assim como o diálogo com a comunidade externa, os movimentos sociais (sindicais e estudantis). Por entender que as pessoas são o maior patrimônio da Universidade, atua através de uma administração colegiada e respeitosa dos diferentes fóruns representativos. Assim, exemplificado pelo recente plano de retomada das atividades presenciais, que foi construído com a participação de membros da GESTAO, DCE, SINTEST e ADUFS, para definir as primeiras intervenções e minimizar os efeitos deletérios da pandemia, com propostas sobre condições de trabalho para servidores e servidoras

A chapa Mais UEFS compreende que o ato pedagógico precisa ser essencialmente presencial. O ensino remoto foi usado durante a pandemia, para proteger vidas e garantir a conclusão de formação de trabalhadores essenciais para a sociedade naquele momento, mas não substitui a presencialidade. A UEFS utilizou atividades remotas diante de um momento crítico que agir remotamente (se virtualizar) se tornou uma imposição da pandemia para defesa da vida e não uma decisão arbitrária.

A excelência acadêmica só é possível a partir da valorização das pessoas que fazem a universidade. Por isso insistimos, ao longo do programa, em diretrizes orientadas para o bem estar, qualidade de vida, e inclusão social, compreendida como um conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros marcadores sociais. Estamos comprometidas com a prevenção e enfrentamento das adversidades que implicam em discriminações, violências e

assédios, fomentar programas de promoção da saúde psicossocial, criação de áreas e ambientes de convivência, projetos e espaços para apreciação da arte e cultura.

Importa destacar que o Mais UEFS reiteradamente se empenhou para valorizar o trabalho de técnicos e professores, assim como defender a reivindicação legítima de condições mais dignas de trabalho, inclusive dos trabalhadores terceirizados. A exemplo disso, sempre denunciou a situação de precariedade das carreiras e esteve presente nas negociações travadas entre Governo do Estado e os sindicatos por melhores salários, pela aprovação em lei de planos de carreira e pela abertura de concursos. Ainda assim, a questão da valorização dos trabalhadores em educação pelo governo estadual não resolveu os problemas que implicam sobre a qualidade de vida dentro e fora do trabalho, e precisa ser revisto, e por esta causa a Chapa 1 – Amali e Eva envidará esforços e estará na luta, como sempre esteve.

Além dos compromissos acima listados e da continuidade das conquistas já realizadas, se compromete a:

- Reiterar junto ao governo do Estado a defesa por melhores salários e recomposição salarial diante das perdas inflacionárias, assim como pela garantia do direito ao desenvolvimento na carreira;
- Buscar com celeridade, a implantação dos processos referentes aos direitos trabalhistas dos servidores docentes e técnico-administrativos respeitando os prazos para implantação desses direitos;
- Defender a garantia do custeio de atividades de formação continuada e de promoção da qualidade de vida no trabalho;
- Envidar esforços na revisão da situação de insalubridade dos servidores (docentes e técnicos) da UEFS, fortalecido com o estabelecimento do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho (Política de Saúde e Segurança Institucional);
- Lutar para a reposição imediata das vacâncias nos quadros de pessoal docente e técnico-administrativo preenchendo, por meio de abertura de concurso público, o quadro de vagas sem ocupação;
- Apoiar a proposição de desenvolvimento de política interna de incentivo financeiro para eixos de pesquisa e extensão implicadas com o retorno à sociedade e aos grupos historicamente excluídos, incorporação de tecnologias sociais e ações de impacto ambiental, educação inclusiva e saúde de populações em vulnerabilidade;
- Apoiar políticas de qualificação profissional diante de alterações legislativas, tarefas e demandas advindas da modernização institucional e incorporação de tecnologias digitais, e de melhorias nas condições de trabalho e de saúde do quadro de pessoal técnico-administrativo e docente;
- Apoiar a construção e ampliação do Centro de Educação Básica (CEB) no campus da UEFS para atendimento adequado da comunidade;
- Oferecer condições para que as mães que precisam de apoio institucional, possam contar com trocadores em banheiros e sala de amamentação, dentre outras ações;
- Tratar como prioridade as ocorrências que se refiram a situações de assédio e de quaisquer tipos de violência. Tais situações são intoleráveis por nós e assumem centralidade nas ações para que possamos valorizar a saúde e o bem viver, respeitando a diversidade e pluralidade, a

individualidade e o convívio social;

- Dar continuidade a criação de espaços de convivência e outros espaços que estão sendo projetados, já em andamento, a exemplo do Centro de Convivência para os trabalhadores.

A nossa luta, por uma universidade pública, gratuita, autônoma e socialmente referenciada não se iniciou com a pandemia, e, sabemos, está longe de terminar. O contexto gerado pela pandemia, deu maior visibilidade a pautas históricas na defesa de um projeto de universidade pública realmente universal, a serviço da comunidade, na qual os segmentos sociais historicamente excluídos tenham condições de aspirar a uma formação universitária de qualidade, socialmente inclusiva. Entretanto, a universidade pública só pode ser efetivamente autônoma na defesa de seu projeto se tiver garantidos os recursos necessários para sua manutenção e seu desenvolvimento. Essa será uma luta contínua não só de um reitorado, mas de toda a comunidade universitária e da sociedade, a quem fazemos o chamamento para essa luta, sobretudo, depositando a confiança pelo voto em nossa chapa.

b. Quais as propostas da chapa para a política de permanência estudantil?

Nós conquistamos nos últimos anos, com muita luta e trabalho, um avanço, tanto na expansão e investimento para a inclusão, no apoio estudantil, nas políticas de acesso e permanência, e muitos outros avanços, que revelam o retrato de nossas instituições públicas de educação superior, e perder essa trajetória de lutas e conquistas seria um grande retrocesso.

O desafio para os próximos quatro anos de gestão será o de avaliar os impactos das políticas sobre a população assistida, ampliar as vagas para promover maior inclusão, e ampliar a captação de recursos que assegurem a permanência estudantil, além de promover as boas relações e combater as discriminações no ambiente acadêmico, proposições essenciais para correção de injustiças e construção de relações saudáveis.

Assim, dentre os nossos compromissos para o próximo quadriênio estão: defesa dos programas de inclusão e ampliação de vagas nas residências universitárias e residência indígena, implantar a residência quilombola; ampliar as políticas transversais no que se refere à saúde integral, étnico-raciais e de gênero e ampliar a capilaridade das ações afirmativas em todas as instâncias da vida universitária a partir do trabalho articulado entre as Pró-reitorias.

Vale salientar, que a UEFS ao longo destes anos investiu em ações para adaptar a estrutura para receber pessoas com deficiência, promoveu cursos de libras e criou uma equipe para tradução dos eventos e acompanhamento pedagógico para alcançar esses grupos, adquiriu cadeiras especiais, reformou sanitários, ampliou portas, e instalou rampas e iniciou processo de sinalização para a acessibilidade. Entretanto, nossa Universidade necessita ainda agregar um arsenal de recursos e serviços que contribuam para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

Além dos compromissos acima listados e da continuidade das conquistas já realizadas, nos empenharemos para:

- Fortalecer a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, observando suas necessidades e potencialidades;
- Ampliar investimentos nas políticas de permanência estudantil, na graduação e pós-graduação, a fim de garantir a equidade nos grupos sociais;

- Apoiar e promover práticas permanentes em direitos humanos, inter-relacionadas com organizações sociais, políticas e comunitárias, para garantir formação na graduação e pós-graduação comprometida com a justiça social e a igualdade de direitos;
- Apoiar Programas de Acompanhamento Acadêmico de Discentes, com vistas ao combate à evasão e retenção de estudantes, com foco no acompanhamento dos ingressantes e de egressos na integração do curso com a profissão;
- Fomentar estratégias junto aos colegiados de graduação e pós-graduação para o acolhimento e acompanhamento dos grupos populacionais específicos que ingressam pelo sistema de cotas (oriundos de escolas públicas, negros, quilombolas, indígenas, LGBTQIAP+, ciganos, pessoas com deficiências);
- Concluir as obras do Restaurante Universitário com vistas à ampliação da capacidade de atendimento e condições mais adequadas de permanência aos estudantes;
- Viabilizar a participação da Agricultura Familiar no fornecimento de alimentos pelo Restaurante Universitário, favorecendo uma alimentação saudável;
- Apoiar e ampliar a integração dos estudantes em atividades esportivas;
- Dar continuidade à Política de Acessibilidade Universitária, principalmente para pessoas com deficiências, a partir da aquisição de tecnologias, software que as auxiliem nos processos educativos, cadeiras especiais, leitores, instalação de identificação em Braille, lentes e computadores especiais, alertas sonoros de sinalizadas nas avenidas, dentre outros;
- Ampliar a oferta de bolsa remunerada para Monitoria de Ensino com atendimento prioritário em componentes que possuem estudantes com deficiência;
- Aprofundar e consolidar a política institucional de permanência estudantil em suas dimensões materiais, pedagógicas e culturais, com especial atenção aos ingressantes por reserva de vagas e sobrevagas;
- Incentivar o debate para a incorporação de conteúdos e práticas relevantes para povos e grupos excluídos, que fortaleçam as ações afirmativas na UEFS, a exemplo da inserção no currículo de discussões sobre as relações étnico-raciais e a diversidade, multiculturalidade e direitos humanos;
- Estabelecer políticas de enfrentamento rápido e severo a práticas de assédio, e qualquer outro tipo de violência.
- Primar pela manutenção e recursos para as Residências Universitárias;
- Estabelecer diálogo constante com as entidades estudantis fortalecendo o protagonismo desses atores sociais na construção da universidade democrática, popular, socialmente referenciada e atenta às demandas das juventudes;
- Apoiar a construção de novos laboratórios e dar continuidade à melhoria dos espaços educacionais, com a reestruturação dos laboratórios didáticos e de pesquisa/extensão e a qualificação da infraestrutura das salas de aula, assim como no fomento de ações de acessibilidade física, tecnológica e social no campus da UEFS;
- Buscar, junto às instâncias colegiadas, elaborar e desenvolver estratégias para o combate à evasão e retenção dos estudantes;
- Investir na política de formação continuada de professores e gestores acadêmicos através do Programa de Formação Acadêmica e Contextualização de Experiências Educacionais -

PROFACE.

- Pleitear junto ao governo do Estado e em articulação com outras universidades, a aprovação de uma Política Estadual de Ações Afirmativas e Permanência Estudantil, que garanta uma dotação orçamentária específica, resguardada a autonomia universitária.

No programa temos mais políticas para acesso e permanência estudantil, uma vez que entendemos a permanência em sua complexidade, o que inclui: auxílios e bolsas, ações e acompanhamento pedagógico, convivência pelo esporte, cultura e lazer, ambiente respeitoso, diálogo, protagonismo no processo formativo, organização institucional, dentre outros componentes.

2- Ainda sobre o retorno presencial, percebemos um aumento de propostas de conversão de nossas atividades cotidianas para o formato remoto. Qual a opinião da chapa sobre a relação entre o formato remoto e o presencial? Além disso, qual a opinião sobre a Educação à Distância (EAD) no contexto da UEFS?

Não podemos ignorar uma tradição no modo de fazer e viver a universidade, somos da presença, essa é a nossa forma de ser. Embora saibamos que nenhum de nós voltou da mesma maneira para a nossa rotina anterior, pois passamos (ainda estamos) pela experiência de isolamento social, restrição de acesso nos lugares, medo da contaminação e da nossa morte, da morte de pessoas próximas, e de tantos outros sofrimentos e perdas, e foi necessário reagir.

Temos a compreensão de que as ações remotas contribuíram ao enfrentamento de um período de calamidade, mas não suprimiram a necessidade de presencialidade na relação pedagógica. Para os/as docentes, técnicos/as e estudantes, as universidades públicas instituíram o ensino também remoto, em condições mais precárias, como o próprio nome diz: emergencial e temporário.

Entretanto, há uma tendência por determinados grupos sociais de desmonte da universidade, de sua privatização por dentro, e de seu esvaziamento.

Mas é importante refletir: a quem interessa esvaziar a universidade, o campus, justamente quando a universidade abre suas portas para a classe trabalhadora? Esse desmonte é muito desejável ao capital e a ele devemos nos contrapor. Nos querem vender ou impor tais tendências como se fossem inevitáveis. Em educação não há o inevitável, existem opções, e cabe a nós, comunidade universitária, definir quais serão as nossas tomadas de decisões para o enfrentamento do neoliberalismo devastador e de uma universidade esvaziada de seu sentido dialógico, coletivo e político e, juntas/es/os, fortalecer a prática cidadã e a defesa das nossas Universidades Públicas.

Também é ponto em comum para a Chapa Mais UEFS: não há a intenção de substituir a oferta de cursos presenciais por cursos na modalidade a distância no campus universitário. Temos um Comitê de Educação a Distância que tem feito estudos e discussões sobre esse tema, com todo cuidado na preservação de nossos princípios. Iremos acompanhar e fomentar as ações do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES), prioritariamente na proposição de Cursos de Pós-Graduação *Latu Sensu*, em especial para atender necessidades de um público que ainda não consegue ser atendido pela oferta de cursos e programas presenciais na UEFS.

Também pretendemos apoiar o debate para a organização e incorporação do uso de tecnologias da informação em cursos de graduação, para incrementar os recursos didáticos como apoio ao ensino presencial, e não sua substituição. Lançar mão de tecnologias também para ampliar a difusão a todos dos conhecimentos gerados na universidade (a exemplo de simulação, inteligência artificial, acesso digital).

3- No segundo semestre do ano passado, a comunidade universitária da UEFS esteve por quase um mês mais diretamente envolvida nos ataques antidemocráticos de grupos empenhados em proibir nossas manifestações políticas. Por conta de episódios como estes, nacionalmente, o Andes-SN pautou: “Derrotar Bolsonaro nas urnas e o bolsonarismo nas ruas”. Os últimos acontecimentos, especialmente os que ocorreram em Brasília no dia 08 de janeiro, confirmam a pertinência da pauta. Julgando que esta defesa não está limitada aos movimentos sociais e que precisa envolver, também, a Administração Central, quais as propostas da chapa para a defesa das liberdades democráticas, sobretudo, na UEFS?

Na trajetória das gestões Mais UEFS, muito já vivenciamos: cortes orçamentários que nos paralisam, processos burocráticos que desrespeitam e apequenam a autonomia universitária, a pior crise sanitária dos últimos tempos com a Pandemia estabelecida pela Covid-19, e ainda, os últimos seis anos marcados por atos contra a democracia, retrocessos nas políticas educacionais, desvalorização dos servidores públicos e de suas instituições, práticas autoritárias, negacionismo à ciência por um tempo com perdas sem precedentes.

Neste cenário de crise, as universidades públicas demonstraram sua importância vital para o desenvolvimento de pesquisas e de ações de ensino e de extensão visando o controle para o enfrentamento da Covid 19, assim como a sua importância no que diz respeito à manutenção do Estado Democrático de Direito, diante dos ataques permanentes à democracia brasileira. A gestão da UEFS protagonizou e desenvolveu diversas ações em defesa da vida, da ciência e da Universidade pública, se mantendo vigilante e garantindo o debate, a pluralidade de ideias e pleno exercício dos seus Conselhos Superiores.

A liberdade de expressão, nos níveis e dimensões que lhe são próprios, é essencial à vida universitária. Está garantida pela Constituição e ademais bem assentada em Acórdão do STF de 15 de maio de 2020, que julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 548) relativa à “manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento nos ambientes universitários ou em equipamentos sob a administração de universidades públicas e privadas e serventes a seus fins e desempenhos”. Portanto, não é permitido perseguir ou intimidar docentes, técnicos ou estudantes, tampouco acatar “ajustes de conduta”, quando se trata da livre expressão política, científica, cultural ou artística dos membros da comunidade universitária.

Reafirmamos em nosso programa que a universidade se constrói no coletivo, com o permanente diálogo com a sua comunidade, os movimentos sociais, os sindicatos e a sociedade civil. Também estabelecemos em nosso programa, coletivamente, a necessidade de fortalecer e alargar as relações entre universidade, escola básica, movimentos sociais e sociedade para a discussão de políticas que buscam apequenar a educação, a exemplo da reforma do Ensino Médio e das escolas cívico-militares.

Outro compromisso se refere ao posicionamento diante do governo na defesa das demandas da comunidade universitária e do seu livre pensar, e o respeito às decisões internas tomadas de forma democrática, requisitos importantes para uma universidade socialmente referenciada.

A Chapa 1 – Amali e Eva comprometida com a defesa das liberdades democráticas, da autonomia da Universidade pública, fará uma gestão combativa para manter o que já foi conquistado e de lutas para conquistar ainda mais, constituindo caminhos de transformação e reconstrução social.

4. A defesa pelos 7% da RLI para as Ueba é resultado de uma articulação histórica entre movimento docente, discente, de técnicos/as e analistas e Reitorias. Como pretende a chapa atuar para destravar esta discussão sobre o orçamento da UEFS? Existe no programa, algum ponto sobre orçamento? Qual/quais?

Em nosso programa nos comprometemos em demandar, junto ao governo do Estado, melhorias nas condições orçamentárias e financeiras da universidade, inclusive no que diz respeito à política de pessoal, e assumir o compromisso de discutir constantemente com a comunidade os avanços e as dificuldades encontradas na sustentabilidade financeira, o que, historicamente, nos conduziu ao apoio para defender a reivindicação legítima de pelo menos 7% da receita líquida de impostos (RLI) para as universidades estaduais da Bahia (UEBAs). Um exemplo desse compromisso com o debate político para ampliar os recursos das universidades estaduais da Bahia (UEBAs) foi a intervenção dos membros da atual gestão mais UEFS na última plenária Territorial Portal do Sertão do PPA-Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia, dia 10 de março, que garantiu a aprovação de uma proposta de subvinculação no orçamento do Estado da Bahia de um percentual de 10% da RLI para as UEBAs.

Nessa direção, a Chapa 1- Amali e Eva reafirma o compromisso de atuar para assegurar a sustentabilidade da UEFS, por meio de sua autonomia universitária e o financiamento público adequado e as condições concretas de auto governabilidade, em observância ao Art. 262, § 1º da Constituição do Estado da Bahia, assim como pelo fortalecimento de seus fóruns e conselhos participativos e deliberativos.

Além desses compromissos, também consideramos importante destacar que nos responsabilizamos em nosso programa para o próximo quadriênio:

- Planejar coletivamente o orçamento da Universidade, respeitando parâmetros de responsabilidade e boas práticas orçamentárias, priorizando e otimizando os investimentos, de forma a garantir a sustentabilidade financeira atual e futura;
- Trabalhar com transparência e granularidade os dados orçamentários e financeiros da Universidade;
- Priorizar a recomposição do quadro docente, a contratação de técnicos de laboratórios de ensino, pesquisa e atividades de extensão e de profissionais que atendam as demandas institucionais;
- Fomentar, com a participação do Conselho do Orçamento Participativo - COP, um grupo de trabalho para acompanhar as discussões em diferentes níveis sobre as mudanças da legislação tributária, orçamentária, previdenciária e administrativa na Bahia e no Brasil que produzam impactos na Universidade e em seus membros;
- Manter a defesa da autonomia orçamentária da UEFS junto ao poder público estadual, condição da preservação da qualidade das instituições;
- Estimular a participação em editais de fomento fortalecendo o orçamento da Universidade, desde que respeitem seu caráter público e a sua autonomia.

Nosso programa resulta da utopia, trajetória de lutas e de resistência de vários atores sociais que

em movimento somaram seus esforços em defesa de uma universidade socialmente referenciada e comprometida com os princípios da democracia, autonomia, produção acadêmica de qualidade, uma universidade socialmente referenciada e transparente que foram aqui explicitados e são por nós reafirmados como compromisso de gestão.